

MARLON LEAL RODRIGUES³

Os homens fazem sua história, mas não fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de suas escolhas e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar-se nessa linguagem emprestada
(K. Marx, 1997: 21).

Resumo: Um acontecimento discursivo, quando escapa à absorção da memória discursiva, pelo seu efeito de sentido, ele perturba, desestabiliza, não somente a própria memória, mas especialmente as redes e os trajetos de filiações históricas nas quais ele rompe. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, nesse sentido, não apenas perturba e desestabiliza, inscrevendo-se discursivamente na ordem do discurso do Estado, mas rompe, perfura, a memória discursiva e as redes e trajetos de filiações históricas, fundando seu próprio discurso e a sua própria posição sujeito o que implica constituir um espaço material de existência, uma posição sujeito de oposição e de afronta ao Estado. Fundar um discurso que lhe seja próprio pelo seu efeito de sentido é também promover uma série de rupturas, de deslocamentos, de resignificação na ordem discursiva vigente do espaço que lhe serviu de “solo” e nos espaços do próprio. O MST, nesse processo de constituição e confronto com as condições materiais de existência, com o Estado, acaba reivindicando um discurso, uma posição sujeito na sua relação tensa de uma dada conjuntura política e ideológica. Nesse movimento tenso dos sentidos, contra-discursos, da posição sujeito, o MST se constitui em um espaço próprio.

Palavras-chave: discurso; ideologia; terra; ruptura; novo.

¹ Este artigo é parte da tese “Discurso de Reforma Agrária Pela Ocupação: acontecimento discursivo”, orientada pelo Prof. Dr. Sírio Possenti, Departamento de Linguística do IEL – Instituto dos Estudos da Linguagem, UNICAMP-SP.

² Agradeço ao CNPq pela bolsa de doutorado no período de 2002-2006.

³ Professor Adjunto da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Nova Andradina. NEAD – Núcleo de Estudos em Análise do Discurso. Supervisão de pós-doutoramento com a Profa. Dra. Eni. P. Orlandi (UNICAMP).

Abstract: *A discursive event, when it escapes to the absorption of the discursive memory, for its sense effect, it disturbs, it removes of the order, not only the own memory but especially the nets and the itineraries of historical filiations in which it breaks. The Movement of the Rural Workers Without Earth, in that sense, doesn't just disturb, it removes of the order, registering discussing in the order of the speech of the State, but it breaks, it perforates, the discursive memory and the nets and itineraries of historical filiations, founding its own speech and its own position subject that it implies to constitute a material space of existence, a position subject of opposition and of insult to the State. To found a speech that is its own for its sense effect it is also to promote a series of ruptures, of displacements, of meaning in the effective discursive order of the space that served it as "soil" and in the spaces of the own. The MST, in that constitution process and I confront with the material conditions of existence, with the State, it ends up demanding a speech, a position subject in its tense relationship of a given group politics and ideological. In that tense movement of the senses, against-speeches, of the position subject, MST is constituted in an own space.*

Key-Words: *discourse, ideology, land, rupture, new.*

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa a abordar alguns aspectos das condições do "acontecimento discursivo" (Pêcheux, 2002) focalizando a "posição sujeito" (idem, 1997). Algumas das questões que guiam este trabalho são saber em que instância um acontecimento discursivo pode ser concebido como uma ruptura com outros "discursos" (idem), ou apenas um outro discurso ressignificado; quais condições históricas propiciaram a sua irrupção, quais temas, objetos, crenças, valores, sentidos, poder, controle e sistemas ou "coisas-a-saber" (Pêcheux, 2002) se constituíram para a existência ou para a não-existência de uma nova posição sujeito e sua inscrição na ordem do discurso político.

Nesse sentido, a questão é poder analisar alguns aspectos do complexo de surgimento desse acontecimento de uma nova posição sujeito de um novo discurso. Assim, o que havia naquela conjuntura histórica de onde a posição sujeito do MST – Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra se institui?

Nesse sentido, o que pode implicar uma nova posição sujeito e suas demandas ideológicas no cenário político nacional e internacional considerando o período de 1981 até o momento atual.

CONTEXTO DE UM COMPLEXO DISCURSIVO: POSIÇÃO SUJEITO

O evento Ronda Alta na Encruzilhada Natalino-RS, com mais de “500 famílias de agricultores”, conforme *Boletim* no. 01 (15/05/1981)⁴, pode ser considerado um marco histórico dos movimentos populares no Brasil nos últimos 20 anos. O evento se constitui a partir de uma conjuntura histórica, com a industrialização da agricultura no sul do país, a falta de uma política governamental de reforma agrária, uma política voltada para a agricultura familiar, para o pequeno e médio agricultor, entre outras.

No início dos anos oitenta, o Brasil passava por um momento tenso de transição política. O presidente João Baptista Figueiredo (final da década de 70) assumiu o compromisso de levar o país à “democracia”, ou seja, o próximo Presidente da República seria um civil, interrompendo assim os governos do período conhecido como Ditadura Militar (1964-1982). Além da transição, havia o debate pelo fim do bipartidarismo, anistia geral ampla e irrestrita para os exilados e para os presos políticos, a volta dos Partidos Socialistas e Comunistas à legalidade, o fim da censura aos meios de comunicação (rádio, jornal, revista, canal de televisão), entre outros fatos relevantes. É importante ressaltar também o papel de resistência contra o regime militar que alguns segmentos da Igreja Católica desempenharam, por exemplo, na pessoa de Dom Evaristo Arns, Arcebispo de São Paulo e outros.

Durante o período militar, os movimentos populares, os movimentos estudantis, os partidos de esquerda, uma parcela dos intelectuais, os artistas de forma geral, ou quem questionasse o governo foram perseguidos, postos na clandestinidade, torturados, exilados e, em muitos casos, sucumbiram nos chamados “porões da Ditadura Militar”. O massacre da Guerrilha do Araguaia e das Ligas Camponesas são exemplos desse período. É verdade que esse período ainda não cessou de demandar sentidos, pois ainda há muitos desaparecidos.

⁴ SEM TERRA - Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra (15/05/1981). O Boletim se transforma em Jornal dos Trabalhadores Sem Terra a partir do no. 36, julho de 1984.

No final dos anos 70 e início dos 80, o movimento operário, liderado pelo sindicalista Luiz Inácio da Silva, que surgia como liderança no meio dos trabalhadores e que, posteriormente passou a ser reconhecido como Luiz Inácio Lula da Silva, realizava greves, protestos, manifestações na Grande São Paulo.

Foi nesse contexto de tensão social e político-histórica que aconteceu o acampamento dos agricultores reivindicando terra no Sul do país. Se, de um lado, havia um descaso histórico (não sem propósito) com a questão da reforma agrária, que gerou/agravou ainda mais todo um problema social no campo, marcado por conflitos em forma de pressão/tensão social sobre uma determinada categoria; de um outro lado, a manifestação também não ocorre sem pressão por parte do governo para evitar a sua irrupção, de acordo com a *Carta dos Colonos Acampados em Ronda*:

(694)⁵ “muita gente do governo veio aqui para fazer nós desistir oferecendo emprego pelo salário mínimo, e terras no norte, de onde estão voltando nossos companheiros que foram levados para lá. Também muita gente veio nos dar apoio, muitas entidades e até sindicatos nossos e várias igrejas, etc... Solicitamos seu apoio, do jeito que der, para esta nossa luta. Ficamos muito contentes e agradecidos com seu apoio, pois queremos ficar aqui acampados até conseguirmos nossa terra para trabalhar” (B.01/01/15/05/1981).

Há algo inusitado na determinação dos “colonos”, pois as manifestações populares, de forma geral, não incluíam a participação de famílias inteiras (pai, mãe, filhos etc.) e muito menos os acampamentos à beira de estrada e de rodovias, como manifestação de reivindicação, como visto no fragmento da *Carta* acima. Se a manifestação dos “colonos” já provoca um estranhamento nas “redes de filiação histórica” (Pêcheux, 2002: 54) dos movimentos populares, ao reivindicar um espaço material de existência política (acampamento), funda um lugar específico. Ele, por sua vez, demanda certos “sentidos e discursos” (idem, 1997), considerando que é impossível haver, na ordem do político, existência sem sentido. O acampamento veio desestabilizar os sentidos de uma “memória discursiva” (idem, 1999) a respeito do trabalhador do

⁵ As numerações dos enunciados neste trabalho são as mesmas do texto original, a tese.

campo e sua forma de reivindicar, mas, sobretudo, veio reivindicar um espaço “novo”, específico para si. Assim, quais sentidos possíveis se poderiam atribuir ao acampamento, aos “colonos”, dada a conjuntura política nacional?

Não havia um “pré-construído” (Pêcheux, 1997), um sentido já dado, uma “etiqueta, um rótulo” (Orlandi, 1999) em que “todos” já saberiam de alguma forma o que “pensar”, que sentido atribuir ou que tipo de relação política poderia ser considerada, como no caso das greves do ABC Paulista, lideradas pelo metalúrgico Luiz Inácio da Silva: coisa de comunista, subversivo, baderneiros, inimigo da ordem. Foi a falta dessa rede de filiações de memória que causou o estranhamento naquele momento.

O acampamento se instaura como espaço de resistência, de uma possibilidade de dizer não, no entanto ele vai ser construído e significado no jogo das tensões discursivas e dos embates para significar, na ordem do político, como *resistência*, pois,

a *resistência* do sujeito se mostra, em cada uma das situações, a seu modo. O poder se quer absoluto, sim, mas o sujeito não se coloca passivamente frente a ele, não se submete. O sujeito encontra, na linguagem, os recursos para lidar com o poder, para redistribuir a tensão (...). A resistência é a batalha do sujeito pelo direito de se colocar, de não aceitar coerções, é a batalha por ‘um lugar no qual o sujeito encontre um poder de dizer’, com ou sem respaldo da hierarquia (Lagazzi, 1988: 97).

O espaço de resistência do acampamento institui relações tensas e regradas entre os “colonos” e o Estado, e também entre os próprios “colonos”. O acampamento tomado como acontecimento exige a demanda de sentidos, precisa cruzar com/na “discursividade” (Pêcheux, 2002) e estabelecer relações “interdiscursivas” (idem) a sua volta, não para significar o já significado, mas para estabelecer relações de possíveis alianças, de réplicas, de trocas, de ressignificações, de negação, de oposição, de afirmação, de conflito e de uma regularidade que lhe dê sustentação. O acontecimento precisa “perturbar a memória” (Pêcheux, 1999: 52), impor-se perante ela; caso contrário, será absorvido por ela como se nunca tivesse ocorrido.

O acampamento da Encruzilhada Natalino perturbou a memória, o que desencadeou um deslocamento de sentido (lugar de

agricultor), desestabilizou relações de poder. Isso não quer dizer que havia uma relação harmoniosa entre Estado e agricultores; quer dizer que havia uma tensão estável, no domínio do previsível, que foi afrontada com os seguintes enunciados na *Carta dos Colonos* já no primeiro *Boletim*: (691) “preço da paz, é terra e justiça para todos”, (692) “terra para quem nela trabalha”, (693) “Carta decidida em assembléia em 15 de maio de 1981.” e ainda com o enunciado título do boletim (04) “BOLETIM SEM TERRA / BOLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE AOS AGRICULTORES SEM TERRA”. Os sentidos desses enunciados, dada a conjuntura política e histórica, se constituem em discursos de afronta à suposta ordem do Regime Militar.

Se a materialidade dos lugares exerce um certo tipo de pressão sobre os sujeitos, a resistência nesse lugar abre outras possibilidades de outros lugares, de outros sujeitos, de outros rituais, de outros discursos. Esse espaço material de resistência, o acampamento, é também uma demanda da pressão do “real histórico” (Orlandi, 1999: 67) no movimento dos agricultores. De outro lado, para Pêcheux (2002: 29), “o real: a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra”. Nesse sentido, o acampamento enquanto acontecimento na Encruzilhada Natalino se constitui um efeito de uma demanda histórica reprimida que, em seu acontecimento, se constitui em um real ao “abrir um furo” na memória discursiva e nas redes de filiação histórica a respeito do sentido de espaço de manifestação política dos agricultores. Convém ressaltar que as Ligas Camponesas e a Guerrilha do Araguaia ainda eram acontecimentos recentes. Em alguma instância, o MST promove uma ruptura, se se considerar que o movimento, em um de seus aspectos de sustentação político “ideológica” (Pêcheux, 1997) não “pegou” em armas, não se “isolou” dos “Aparelhos Ideológicos do Estado” (Althusser, 1985), nem da população de forma geral; pelo contrário, foram eles que lhe deram (e ainda lhe têm dado) um tipo de sustentação e legitimidade.

O acampamento é um espaço próprio reivindicado pelos agricultores, (assim como a fábrica para os operários) pelos movimentos guerrilheiros, por Canudos, de Antônio Conselheiro,

os diversos movimentos populares em suas especificidades discursivas e ideológicas. O acampamento em sua reivindicação de existência irá constituir um “próprio” (De Certeau, 1994), um funcionamento que lhe seja específico.

O acontecimento da Encruzilhada Natalino (material, espacial, real, histórico), ao significar-se em sua complexidade e ao demandar certa discursividade, permitiu que os sentidos, os discursos, os sujeitos passassem a significar-se a partir do que possa significar esse espaço, tomado em seu processo de constituição e em sua instabilidade de significação, apesar de toda tentativa do Estado de controlar e evitar a irrupção desse acontecimento com sentidos “caros” para o Estado.

Assim, há um complexo em processo de significação (considerando o período histórico do movimento, cuja referência para este trabalho se dá do Boletim número 01 até o Jornal Sem Terra número 240) de objetos, de temas, de sujeitos, de discursos que se constituem, que se cruzam, que se significam e que ainda se ressignificam nesse espaço, a partir das redes de memória e do interdiscurso (pré-construído e articulação), em suas diversas relações (aliança, oposição, negação, afirmação, contradição, redimensionamento, silenciamento, deslocamento) com os discursos dos movimentos populares, dos sindicatos dos trabalhadores, da igreja, de associações, de entidades.

POSIÇÃO SUJEITO

Para Pêcheux (1997: 160) “as palavras, as expressões, as proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”, ou seja, o sentido também está relacionado à posição que o sujeito ocupa no discurso, na sua relação constitutiva com as formações discursivas (idem, 1997) que os constituem. O sentido está para a posição sustentada pelos sujeitos, assim como o sujeito está para a formação discursiva que o interpela em alguma “região” ou espaço ideológico que marca uma posição específica, ou seja, uma posição sujeito. A posição em que o sujeito se constitui, que ocupa, são posições-sujeito na relação das disputas pelos sentidos e pelos espaços sociais.

A posição-sujeito é condição necessária para o sujeito se enunciar nos espaços das relações sociais, marcados pelas disputas históricas. A posição sujeito possui um caráter heterogêneo, dada a tensão das “condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção” (Pêcheux, 1997, 143) e das “relações de contradição-desigualdade-subordinação” (idem, 145), que constituem um intrincado jogo de estratégias de “idas-e-vindas” de posições-sujeito. Trata-se de um desdobramento estratégico discursivo, próprio de toda formação discursiva, que “determina o que pode e deve ser dito” (idem, 160), quais as estratégias que o sujeito pode e deve constituir no embate social, contudo, sem se constituir em outros espaços como um deslizamento ou mudança de sua posição estratégica para fora de sua formação discursiva, que o constitui e o “sustenta”. De acordo com Lagazzi (1988: 97-8)

o sujeito da linguagem fala, não de qualquer lugar, mas de uma posição já definida social, histórica e ideologicamente, ou que se define no jogo discursivo, no embate de forças, mas sempre de um lugar ao mesmo tempo determinado pela/determinador da história desse sujeito, lugar este que o impede de ser origem absoluta de seu discurso.

O sujeito, no jogo das relações de poder (ou não) e pelo efeito delas sobre o sujeito, pode ser afetado pelo mecanismo de interpenetração ou sentido de outras formações discursivas em disputas, situação que pode acarretar não somente a mudança de posição sujeito, de formação discursiva e até de formação ideológica, mas, sobretudo, um “abandono” das questões de que sua formação discursiva “originária” “dada” ou de sua especificidade.

Assim, a constituição da posição sujeito agricultor que funda um espaço próprio, uma formação discursiva, é um processo heterogêneo em que o agricultor se constitui. No entanto, a sua ritualização, marcada pela heterogeneidade enquanto processo dinâmico, leva-o a estabelecer diversas posições em redes de memória em filiações históricas com os seguintes enunciados.

(01) “como agricultores achamos que temos direito a ter um pedacinho de terra para plantar alimentos para nossas famílias e para os da cidade” (B.01/01/15/05/1981).

Esse enunciado funda a primeira enunciação e marca um espaço próprio, um sujeito autorizado pelo Estado, com direitos e deveres prescritos na Constituição, enquanto categoria que reivindica aquilo que o Estado prescreve em seus discursos. Um sujeito histórico.

(02) “propostas mostram o avanço do movimento. Conquistar terra e uma nova sociedade” (B.10/35/05/1984).

O movimento marca uma posição de constituinte de propostas para a categoria e a sociedade. A questão da reforma agrária transcende a questão do campo. Essa posição é decisiva para o movimento se constituir enquanto liderança política.

(03) “1984 foi um ano marcado por muitas injustiças no campo. 1985 vai ser diferente. Os trabalhadores estão compreendendo que só a organização pode lhes garantir dias melhores” (JST.01/41/12/1984-01/1985),

(56) “assembléias municipais fortalecem Movimento dos Sem Terra / CRESCE ORGANIZAÇÃO NA BASE” (B.03/36/07/1984).

A posição de organização e de estruturação do movimento acontece em diversos níveis. Esses enunciados marcam uma posição discursiva também de algo novo, um movimento que se organiza e se estrutura ao modo de um partido político, com suas diversas instâncias de deliberações e de ações.

(07) “HISTÓRIA DE UM POVO OPRIMIDO” (B.03/01/01/15/05/1981).

O movimento marca sua posição histórica englobando-a na posição de povo e de oprimido. A história do agricultor é a história de “todos”, do “povo oprimido”, que possui um lugar e uma posição histórica na luta de classe. O sentido de “povo” está em oposição ao de burguesia. Não é apenas agricultor, mas faz parte de uma categoria maior, a de povo que necessariamente não é somente agricultor. Esse discurso do movimento, já no seu nascedouro, de conceber sua luta como parte da luta dos demais trabalhadores vai permitir aos movimentos transformar suas necessidades particulares e localizadas em necessidades sociais e a dos demais trabalhadores em forma de aliança, em demanda social.

Essa posição, de um lado evita que o movimento “caia” no isolamento político; de outro, possibilita a constituição de alianças.

(71) “durante o encontro, os participantes decidiram que o boletim SEM TERRA deveria ser transformado num jornal, já que o movimento era reconhecido como uma organização autônoma e necessitava de um órgão de divulgação forte, amplo e que atingisse todo país. A partir daquele encontro, foi elaborado um projeto do jornal, que foi aprovado no encontro de Curitiba. Para colocar o projeto em prática, foi necessário um trabalho de contatos com pessoal e profissionais jornalistas de diversos estados, que já colaboravam com o boletim. O Jornal dos Trabalhadores Sem Terra passa a ser mensal, com uma tiragem mensal de 10 mil exemplares” (JST.36/02/06/1984).

Esses enunciados marcam uma posição importante, ao instituir um instrumento discursivo interno e externo ao movimento. Ela é efeito de uma posição que reafirma sua importância política e seus propósitos ao passar seu “instrumento de comunicação e de unificação” de Boletim para Jornal. Não se trata apenas de uma mudança no suporte, uma reafirmação de um projeto político para os trabalhadores do campo. Nessa passagem, o movimento também afirma sua ressignificação, sua identidade e sua inscrição no cenário político nacional. Agora os agricultores serão agricultores sem terra. O Jornal vem estabilizar essa identidade.

(89) “Enfim, lutaram para defender os seus direitos e o seu sustento. Nesta edição publicamos a relação completa dos trabalhadores assassinados: nome, data e local. É para não haver dúvida e para que os mártires da terra fiquem na memória de todos” (B. 34/02/02/1984),

(90) “Mas mesmo os lavradores não cansam de afirmar que o que está por trás destas lutas é a fome, a miséria. O amadurecimento político dos lavradores fez com que eles tenham condições de entender esta situação e quais os interesses que estão em jogo. A paciência esgotou e os sem terra partem para iniciativas mais eficazes para garantir seus direitos” (JST. 36/02/07/1984).

Essa posição marca a imagem que o movimento constrói de si, que possui como efeito de sentido a justificativa de sua atuação na luta pela terra. Primeiro, de categoria: sofrida, marginalizada, esquecida, sem direitos, torturada, assassinada. Segundo, apesar da situação dos agricultores, eles não são sujeitos passivos, embora

vítimas. Uma das formas de luta é a resistência constituída pelo discurso na ordem do político.

(76) “As preocupações do governo não passam de regularização de titulações e de uma colonização dirigida, de acordo com os interesses econômicos e geopolíticos do regime. Porém, quando os trabalhadores sem terra se organizam e defendem-se das agressões cometidas diariamente pelos grandes fazendeiros, jagunços, polícia e Exército, problema é considerado de tensão social e eles passam a ser vistos como inimigos internos do regime” (B. 26/02/08/1982).

Posição discursiva de crítica ao Estado e ao tipo de reforma agrária concebido pelo Estado. É importante considerar que o MST vai se constituindo gradativamente em oposição ao Estado conforme tenho afirmado; o movimento é o outro do Estado. O seu discurso e sua posição sujeito em relação ao Estado acabam por obrigar o próprio Estado a reconhecer o MST como sujeito social, uma vez que não foi possível evitar a irrupção do movimento. Admitir a existência do movimento é uma condição para tentar fazer que ele ocupe um lugar que não afronte o Estado.

(184) “Participaremos ativamente na greve geral marcada para o dia 20 de agosto. Campo e cidade se unirão ainda mais nesse dia. Nós trabalhadores rurais, iremos às ruas, para as praças, ocupando cidades e somando forças com nossos companheiros, os trabalhadores urbanos” (JST. 02/65/08/1987),

(203) “**Ligação das lutas** / Nossa meta é a de chegarmos a um ajuntamento das lutas entre campo e cidade, vinculando as greves com as ocupações terra. Neste ano não conseguimos atingir o esperado: tanto as ocupações como as greves aconteceram mais a nível de categorias ou dentro dos estados mesmos” (JST. 02/69/01/1988).

Essa posição de mobilização e de união das lutas entre agricultores e operários, ou seja, a união das lutas entre campo e cidade, é um pré-construído da memória discursiva das revoluções socialistas desde a Revolução Russa de outubro de 1917. Essa posição marca também uma condição de poder para fazer frente política ao Estado. Um dos efeitos dessa posição está na possibilidade de o MST colocar a questão terra como uma questão mais ampla, uma questão política nacional, enquanto demanda de todos os trabalhadores (campo e cidade). Esses enunciados ainda deixam revelar

não somente o tipo de mobilização e a posição do movimento, mas sobretudo a sua condição de autoridade de propor ações, palavras de ordem em meio ao operariado e aos demais movimentos populares. Essa posição já é uma posição de liderança política que o MST assume gradativamente ao centralizar o debate político nacional.

(106) “Vamos sacudir o Brasil inteiro! Terra não se ganha, se conquista!” (JST. 46/02/08/1985),

(107) “O governo não faz, nós vamos fazer” (JST. 47/02/09/1985),

(144) “A mobilização e a coragem dos companheiros em realizar ocupações já é uma vitória contra o medo, o desânimo, o peleguismo e as mentiras do governo” (JST. 02/49/12/1985),

(156) “Afinal, para os sem terra nunca teve moleza mesmo. E ter cada vez mais presente a certeza de que “TERRA E PODER NÃO SE GANHAM, se conquistam!” (JST. 02/59/01/1987).

Marca uma posição “radical” (entendida como um tipo de tomada de posição extrema), contundente, na luta pela reforma agrária, posição em que o MST rompe com os movimentos anteriores, em suas “práticas discursivas” (Pêcheux, 1997). Essa posição do MST é a que mais caracteriza o movimento enquanto marca de identidade e posição diante do Estado e da sociedade de forma geral. O movimento vai para o embate direto com o Estado, enquanto o operariado, nos anos oitenta e até meados dos anos noventa, opta por “pactos sociais”. Essa posição do movimento o faz oscilar ora na ordem do discurso da legalidade de direito, ao reivindicar, ora fora dessa legalidade, ao desafiar o Estado.

(163) “Dedicar-se à formação dos companheiros em todos os níveis, através de cursos, encontro e intercâmbio” (JST. 02/61/04/1987),

(352) “Nossa Escola Nacional, responsável pela formação de dirigentes, será uma das nossas maiores prioridades” (JST. 02/101/03/1991),

(581) “A importância da formação política na base” (JST. EE. 01/04/2004),

(582) “A luta empreendida pelo MST só foi possível por causa do patrimônio organizativo acumulado. Desta forma, adotamos princípios de distribuição de tarefas, planejamento, amor ao estudo, direção política e profissionalismo” (JST. EE. 01/04/2004).

Essa posição do MST marca a preocupação e a necessidade fundamental para um movimento de massa em âmbito nacional e uma de suas maiores prioridades: a de formar politicamente seus militantes como condição de permanecer no debate político em que o outro é o Estado. Esse discurso deixa revelar uma das condições fundamentais que servem de “suporte” para a existência e para a prática do movimento: a formação político-ideológica.

(198) “Por isso é que devemos continuar organizando grandes ocupações de terra, ajudando a solidificar a construção da Central Única dos Trabalhadores–CUT e do Partido dos Trabalhadores-PT preocupando assim, fortalecer as mobilizações (JST. 02/68/12/1987),

(228) “Devemos entrar de sola na luta política e fortalecer a construção do Partido dos Trabalhadores, elegermos rurais para as prefeituras, conquistar o maior número de vereadores, enfim ganhar espaços para construirmos nosso projeto político. O Partido é a nossa maior ferramenta e através dele podemos manifestar o desejo de uma mudança social” (JST. 02/73/05/1988).

A posição de invocar a participação como contribuição para construir e fortalecer o Partido dos Trabalhadores, a CUT e os sindicatos é uma forma de marcar sua posição de reivindicação identitária no contexto político mais amplo (a de agricultor junto com os demais trabalhadores), ao mesmo tempo em que inclui a questão da terra como uma questão dos trabalhadores em geral. Assim, marcar sua posição política junto com as demais categorias de trabalhadores com esses enunciados é também ocupar uma posição significativa no espaço político dos trabalhadores, uma posição de liderança, conforme venho afirmando. Para se posicionar discursivamente na “ordem do discurso” (Orlandi, 1999) político com esses discursos, alguns aspectos dos projetos, das propostas, dos desafios, das perspectivas do MST são fundamentais, uma vez que agora não se luta somente por terra: o movimento assume a posição de lutar por uma outra sociedade, a socialista.

(36) “Colonos reafirmam disposição de ficar no Estado. E não aceitam intervenção no acampamento” (B. 01/10/07/08/1981),

(239) “Nestes próximos meses precisamos dedicar tempo para preparar bem a permanência na terra. As ocupações além de massivas, devem ter o

caráter ideológico, ou seja, todos devem saber como se comportar frente ao despejo. Esta clareza política é quem deve garantir a resistência” (JST. 02/75/07/1988),

(310) “Na resistência a terra, 16 lavradores foram assassinado este ano no estado [MA], denunciam entidades sindicais e igrejas” (JST. 02/90/12/1989),

(473) “Ocuparemos prédios públicos e as capitais para fazer valer nossos direitos. Nossa resistência e luta impedirá que o Brasil seja saqueado e sucateado como foi o México” (JST. 02/147/05/1995).

Essa posição de resistência estratégica e heterogênea se constituiu em uma prática de se impor perante o Estado, uma forma de garantir suas conquistas e reafirmar a “disposição” para continuar a existir na ordem do discurso político. Esse discurso de resistência é uma afronta e um desafio ao Estado; é uma posição que o MST vem mantendo desde a sua inscrição na ordem do discurso (Boletim n. 01, enunciado (1)), na ordem do discurso político e que gradativamente é reafirmada com sentidos de desafio, de imposição de uma existência “incômoda” para o Estado.

É importante considerar também que a resistência possui um duplo, ao mesmo tempo em que ela é resistência a algo e reivindica um espaço próprio. É ela que permite o desdobramento heterogêneo de sujeitos e de discurso de sua própria existência, não em si, mas para se constituir em poder de sujeitos e seus efeitos para que possa avançar e se impor no espaço reivindicado. E por isso que a resistência é um processo dinâmico conjuntural, com um funcionamento estratégico próprio e multifacetado discursivamente, embora apareça somente como resistência como posição-sujeito.

(89) “Enfim, lutaram para defender os seus direitos e o seu sustento. Nesta edição publicamos a relação completa dos trabalhadores assassinados: nome, data e local. É para não haver dúvida e para que os mártires da terra fiquem na memória de todos” (B. 34/02/02/1984),

(120) “Exército ocupa Encruzilhada Natalino” (B. 01/10/07/08/1981),

(606) “Continuam ocorrendo casos de tortura, como recentemente registrado contra o companheiro Cícero membro da direção estadual do MST de Tocantins. E as prisões se multiplicam, foram em torno de 180 casos em todo Brasil” (JST. 02/185/12/1998),

(636) “Liberdade aos presos do MST / Show em prol dos presos políticos do MST” (JST. 01/205/11/2000).

Essa posição marca um dos efeitos de poder sobre o MST, a contraposição, o efeito da posição do Estado pela atuação e permanência da inscrição do agricultor na luta pela terra. Ser o outro do Estado implica também sofrer os efeitos de sentido desse outro. À medida que o MST desafia o Estado, nessa mesma medida o Estado também se impõe para que o movimento recue. Os Aparelhos Ideológicos do Estado se fazem sentir sobre o movimento por meio de suas práticas.

(314) “O caráter revolucionário da luta pela reforma agrária” (JST. 01/92/03/1990).

É uma posição de assumir-se revolucionário na luta pela terra. Posição que ultrapassa a luta pela reforma agrária. Nesse sentido, reforma agrária significa a própria transformação do Estado, uma demanda da classe trabalhadora.

(340) “Há uma necessidade que todas as forças políticas, sindicais, populares, agrárias, apresentem um plano alternativo, que questione o capitalismo, suas crises descarregadas sobre os ombros dos trabalhadores, e que aponte o socialismo, como uma necessidade para a classe trabalho” (JST. 02/99/12/1990),

(562) “CAMPONESES SE UNEM CONTRA O NEOLIBERALISMO” (JST. 01/158/05/1996),

(690) “NOSSA LUTA CONTRA O IMPÉRIO” (JST. 02/240/05/2004).

Outra posição que o MST constitui é em relação a questões mais amplas, que extrapolam a política nacional. Ao se posicionar contra o sistema capitalista, o movimento o faz porque, em seu arcabouço discursivo, a questão da terra foi se constituindo e se filiando as redes de memória com os discursos socialistas revolucionários. Essa posição é significativa, pois o movimento, durante sua existência, inscreve discursivamente, de forma contundente, a questão da terra, não apenas como uma demanda social, mas com o movimento filiando-a a outras questões políticas mais amplas, as das relações políticas internacionais.

A sua inscrição não trata apenas de debater, de discutir propostas pertinentes à reforma agrária, mas de assumir uma posição que prega a substituição de um sistema político por outro, mudança que historicamente tem ocorrido com revoluções. O MST torna o discurso sobre a terra um discurso revolucionário, para si próprio e para a classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas posições em que o MST se constitui revelam alguns dos aspectos do efeito de sua inscrição na ordem do discurso político. Um ponto que convém ressaltar é que, por essas posições, o MST se constitui em oposição ao Estado e não em oposição ao proprietário de terras, ou fazendeiro. Isso é significativo à medida que desloca a questão do conflito localizado para a ordem do Estado. Não diz respeito somente ao conflito entre sem terra e latifundiário; o Estado é “convocado” não apenas para intermediar, mas sobretudo para resolver o conflito, a assumir para si (enquanto prerrogativa de suas instâncias) a problemática, pois o Brasil é um dos poucos países que ainda não efetivaram uma reforma agrária ampla.

Ao impor o Estado enquanto interlocutor, o MST significa a problemática da reforma agrária como uma questão nacional gradativa, mas, para isso, ele se constitui em diversas posições filiadas em redes de memória de identificação sócio-histórica. Não há, no entanto, “identificação plenamente bem sucedida” (Pêcheux, 2002: 56) e isso se transforma em uma condição que garante ao movimento ser de outra forma (efeito, sentido, discurso, posição, prática) e não apenas uma “repetição” histórica dessas filiações nos espaços em que se constitui, uma vez que essas redes de memória derivam de “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamento e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (Pêcheux, 1999: 56).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. 7. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

- DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. 1. artes de fazer. 7. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.
- LAGAZZI-RODRIGUES, S. **O desafio de dizer não**. Campinas-SP: Pontes, 1988.
- MARX, K. e ENGELS, F. **O 18 Brumário e cartas a KugelmanI**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**. Princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.
- _____. **As formas do silêncio**. No movimento dos sentidos. 4ª. ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- _____, PÊCHEUX, M. *et al.* Maio de 1968: os silêncios da memória. Et all. **Papel da memória**. São Paulo: Pontes, 1999. pp. 59-71
- PÊCHEUX, M. **Semântica discursiva**. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- _____. **O discurso. Estrutura ou acontecimento**. 3ª. ed. Campinas: Pontes, 2002.
- _____. Papel da Memória. In: Achard. P. *et all.* **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999. Pp. 49-56.